

# Acessibilidade no ensino superior: ensinando competências atitudinais

## *Accessibility in higher education: Teaching attitudinal competences*

<sup>1</sup> Carlos Eduardo Bozzeda Meira  

<sup>2</sup> Adilson Pereira 

### RESUMO

---

O presente trabalho tem como objetivo apresentar estudo de caso desenvolvido junto a uma Instituição de Ensino Superior – IES, e como ela adotou ações de intervenção física e atitudinais, em conformidade aos marcos legais de acessibilidade e inclusão no intuito de garantir o direito à Educação aos alunos com Deficiência. A pesquisa, aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos sob o nº CAAE 57491016.3.0000.5237, entrevistou os responsáveis pela gestão do Núcleo de Acessibilidade e pelo Setor Pedagógico da IES, além de analisar os resultados de um laboratório sensorial, aplicado junto aos discentes do Ensino Superior, que simulou como Pessoas com Deficiência - PCD enfrentam as dificuldades de acessibilidade. Os resultados da pesquisa subsidiaram a elaboração de produto de aprendizagem aplicado a essa realidade sob a forma de Guia de Boas Práticas com o objetivo de promover a acessibilidade como competência atitudinal.

**Palavras-chave:** Pessoas com deficiência. Ensino Superior. Acessibilidade.

### ABSTRACT

---

*The present work aims to present a case study developed at a Higher Education Institution - IES, and how it adopted physical and attitudinal intervention actions, in accordance with the legal framework of accessibility and inclusion in order to guarantee the right to Education for its students. students with disabilities. The survey, approved by the Human Research Ethics Committee under number CAAE 57491016.3.0000.5237, interviewed those responsible for managing the Accessibility Center and the Pedagogical Sector at the IES, in addition to analyzing the results of a sensory laboratory, applied to the Higher Education students, who simulated how People with Disabilities face accessibility difficulties. The research results supported the development of a learning product applied to this reality in the form of a Good Practices Guide, with the aim of promoting accessibility as an attitudinal competence.*

**Keywords:** People with disabilities. Higher Education. Accessibility.

---

1 Graduação em Direito pelo Centro Universitário de Barra Mansa. Pós graduado em Direito Público pela Universidade Veiga de Almeida. Mestre em Ensino em Ciências da Saúde e do Meio Ambiente pela Universidade de Volta Redonda - UniFOA..

2 Doutorado em Filosofia - UGF/RJ - Centro Universitário de Volta Redonda - UniFOA

## 1 INTRODUÇÃO

O presente artigo analisa aspectos relacionados à problemática da acessibilidade de Pessoas com Deficiência – PCD no Ensino Superior tendo por foco subsidiar competências atitudinais, a partir de um estudo de caso desenvolvido em uma Instituição de Ensino Superior – IES. Os problemas relacionados à inclusão de PCDs ultrapassam a esfera das adaptações arquitetônicas e físicas, requeridas pela legislação vigente, pois se relacionam em muitos aspectos à necessária mudança cultural em que a inclusão se torne tão hodierna, implicando na naturalização de comportamentos sob o viés inclusivo.

A entrada da população marcada pela vulnerabilidade social, bem como sua permanência no Ensino Superior, representa garantia de efetividade da cidadania para essa parcela da sociedade, sobretudo para as Pessoas com Deficiência – PCD. Essa discussão merece ser considerada pelas Instituições de Ensino Superior, local de formação, não somente profissional, mas também humana, no mais amplo sentido do termo. Neste sentido, com a finalidade de elaborar estratégias educacionais inclusivas, o presente trabalho apresenta os resultados de estudo de caso, desenvolvido em uma Instituição de Ensino Superior – IES, analisando-se o processo de implantação e implementação da política institucional de inclusão e acessibilidade, e como a IES adotou ações de intervenção física e atitudinais, tendo por base os marcos legais de acessibilidade e inclusão. Sob o crivo dessa análise, emergiu o Produto Educacional, denominado **Guia de Boas Práticas: Acolhendo Pessoas com Deficiência no Ensino Superior**, tendo por base auxiliar no desenvolvimento de competências atitudinais sob o viés do acolhimento, tornando-se promotor da inclusão e permanência dos discentes PCDs.

## 2 O PROBLEMA DA ACESSIBILIDADE E A DIMENSÃO ATITUDINAL

A discussão do tema aponta que a mudança de comportamento frente aos PCDs deve partir, dentre outros agentes, daqueles que atuam no Sistema Educacional. De acordo com Carlos Skliar (1999, p18): *A deficiência não é uma questão biológica e sim uma retórica social, histórica e cultural. A Deficiência não é um problema dos deficientes ou de suas famílias ou dos especialistas. A deficiência está relacionada com a própria ideia da normalidade e com sua historicidade.*

Os registros cotidianos visualizam o desrespeito àquelas normas básicas relativas aos direitos dessas pessoas, as barreiras atitudinais nem sempre são intencionais ou percebidas, por exemplo, as vagas de estacionamento reservadas a deficientes físicos são, hodiernamente, ocupadas por outros, bem como a utilização de rótulos, de adjetivações, de substantivação da Pessoa com Deficiência. Assim, as barreiras atitudinais podem ser baseadas em preconceitos explícitos ou a eles dar origem, aparecem na linguagem, em ações e em omissões, podendo se apresentar de diversas formas. As universidades não estão fora da sociedade e refletem parte de suas tradições, de seus avanços e dos seus retrocessos Moreira e Correia (2007). Desta forma, as instituições de Ensino Superior reproduzem muitos dos traços característicos da sociedade a qual pertencem. Podemos dizer que as Instituições de Ensino Superior mantêm uma relação dialética com a sociedade, já que ao mesmo tempo operam no meio social e são influenciadas, moldando seu papel e seu modo de atuar na sociedade.

Por tais motivos, existem fatos que contribuem para a inclusão de PCDs e outros que atravancam esse processo na Educação Superior. Muitas das dificuldades encontradas se apresentam como barreiras atitudinais, como a falta de formação pedagógica e profissional dos órgãos diretivos, ausência de acessibilidade e de recursos tecnológicos que contemplem a diversidade e, principalmente, a falta de conhecimento relativo ao processo de ensino-aprendizagem desses discentes.

Posto isto, é de fundamental importância uma formação pedagógica que contemple a singularidade de cada indivíduo, as Universidades devem se adequar às necessidades educacionais de todos os alunos, garantindo, sem exceções, o desenvolvimento das suas potencialidades. Segundo Rocha e Miranda (2009, p.6): “o papel

social da universidade é fundamental, ela não poderá ser indiferente à diferença, é necessário que se busque um processo educacional mais justo e democrático”.

É certo que a inclusão de Pessoas com Deficiência no ensino superior “não está ligada a um processo que se finda nos meios de mobilidade social de uma classe social mais baixa para a outra mais elevada ou de uma classe especial para outra regular” (SANTOS, 2008, p. 18).

Apesar de possuímos um acervo legal nacional que garante a inclusão de Pessoas com Deficiência no Ensino Superior (Constituição Federal de 1988, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (BRASIL, Lei 13.146), bem como documentos internacionais (Declaração de Salamanca em 1994 como exemplo), mas ainda se faz necessário a mudança de mentalidade da sociedade sobre a Pessoa com Deficiência e suas possibilidades.

De acordo com os dados do Censo 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE, existiam no Brasil 45.606.048 pessoas com deficiência, o que representa 23,9% da população. Considerando as pessoas com deficiência com mais de 15 anos no país, 61,13% não têm instrução ou têm somente o ensino fundamental completo. Outros 14,15% têm ensino fundamental completo ou médio incompleto, 17,67% têm ensino médio completo ou superior completo e apenas 6,66% concluíram um curso superior (IBGE, 2010).

Com certeza, esses números estão bem desatualizados face ao aguardo dos dados do Censo que ainda está sendo executado. Contudo, servem para apontar a ampliação do acesso às pessoas “naturalmente” excluídas das Instituições de Ensino Superior - IES nacionais, ainda que revelem um número tímido de PCDs ingressantes, até porque o número de pessoas que conseguem concluir a educação básica com sucesso e com qualidade ainda é baixo.

As pessoas não são iguais, logo, as diferenças existentes entre as várias manifestações de deficiência, não podem ser niveladas de uma só maneira. Desconsiderar a singularidade de cada um é uma barreira atitudinal que interfere na aprendizagem do discente. Cabe à comunidade acadêmica propiciar ambientes que não estimulem essas barreiras. À medida que a sociedade se transforma, novas barreiras atitudinais emergem e, para evitá-las, é de suma importância que fiquemos atentos ao nosso próprio comportamento e sentimentos em relação ao discente com deficiência.

### 3 MÉTODO

A pesquisa realizada pode ser caracterizada como de natureza interpretativa. Segundo Moreira (1990), esse tipo de pesquisa procura analisar criticamente cada significado em cada contexto, tendo seu interesse central na questão dos significados que as pessoas atribuem a eventos e objetos, em suas ações e interações dentro de um contexto social, na elucidação e exposição desses significados pelo pesquisador. Quanto aos meios, a pesquisa desenvolveu-se tendo por escopo o que Yin (2001) orienta sobre o Estudo de Caso. Segundo o autor: “Um estudo de caso é uma observação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites dentro o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos.

Por se tratar de um estudo de caso, cuja pretensão era verificar o que ocorreria em uma Instituição de Ensino Superior – IES em termos de garantias de acessibilidade física e atitudinal, foi escolhida uma instituição localizada na região sul fluminense, com o status de Centro Universitário, que atende aproximadamente 5.000 discentes, nos cursos das áreas de saúde, tecnológicas, sociais e licenciaturas. Na implementação da metodologia, houve a necessidade de se investigar, por meio de entrevista, como os responsáveis pelo processo de inclusão se posicionam acerca dessa questão. Além disso, uma amostra de alunos, foi analisada a partir da implementação de um laboratório sensorial, verificando-se como esses alunos se posicionaram em relação às questões propostas pelo pesquisador acerca da acessibilidade física e atitudinal. Assim, estabelecidas as bases metodológicas da

pesquisa, seguiu-se a de coleta de dados em conformidade ao estabelecido pela aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos sob o nº CAAE 57491016.3.0000.5237.

A IES possui um **Núcleo de Acessibilidade** que tem por objetivo promover a acessibilidade a partir das transformações arquitetônicas da IES, já o SPI, acompanha os discentes que se autodeclaram com deficiência, promovendo a política de Inclusão na Instituição. De ambos os setores foram colhidos documentos, como relatórios diversos, base legal de funcionamento do setor e outros, no intuito de serem analisados sob a forma de triangulação (base teórica pesquisada, sobretudo a legislação vigente, documentos coletados dos setores e os depoimentos obtidos nas entrevistas).

Como a IES possui Programa de Pós-graduação *strictu sensu*, o que demanda a preparação de docentes para o Ensino Superior, um grupo de, aproximadamente, 30 alunos, foram submetidos à experiência de um laboratório sensorial, de modo que foram divididos em quatro grupos, um para cada tipo de deficiência investigada no referido laboratório, a saber: surdez, cegueira, cadeirante e mobilidade reduzida com o uso de muletas. Os grupos tiveram a liberdade de transitar pelo campus universitário, pelo período de 4 horas, revezando-se na vivência como PCD.

## 4 DISCUSSÃO

### 4.1 Resultados relativos à aplicação do Laboratório Sensorial

A primeira atividade foi a simulação de surdez utilizando protetor auricular. Os alunos destacaram a dificuldade de entendimento frente aos pedidos realizados em uma das cantinas do *campus*. A atendente não conseguia interagir com a PCD, havendo necessidade de interpretação por gestos de pedidos que acreditávamos serem simples como: café, adoçante ou açúcar e os preços. Na segunda atividade, foi simulado a mobilidade reduzida com utilização de muletas, sendo relatado pelos alunos dificuldades para subirem rampas. Houve também dificuldade ao descer (rampa muito íngreme, piso encerado com risco de queda). A terceira atividade consistiu na utilização de cadeira de rodas, sendo novamente apontada a dificuldade de subir rampas. O acesso ao interior da Biblioteca é favorável, espaço de corredores compatíveis à manobra da cadeira. O cadeirante apresentou dificuldade em apanhar e enxergar os títulos dos livros os livros na 4ª altura da prateleira. Contudo, havia funcionários, prontificadas nessa tarefa. Não querendo acessar diretamente os livros, recorrem pela bancada (altura compatível para efetuar o pedido) sobre sua necessidade. Há neste local, bancada, acesso ao portal com computadores já rebaixados à esta necessidade dos cadeirantes. Outrossim, há necessidade de bebedouro com altura compatível. Por fim, a quarta atividade representou a deficiência visual, com a utilização de uma faixa preta para vendar os olhos. Novamente, a biblioteca foi o local usado para a atividade, sendo apontado como ponto positivo a existência de uma sala de apoio à Educação Inclusiva disposta de computadores com software para leitura de textos, dispositivos em substituição ao mouse, impressora braile. O ponto negativo foi a falta de pessoas treinadas/habilitadas para assessorar o PCD. No banheiro da biblioteca foi constatada a falta de placa em braile na porta de entrada de sanitários. Pelas observações dos alunos, percebe-se que a questão física está adequada, porém aquém ainda do ideal, outro ponto que se destaca é a falta de treinamento verificada pelo despreparo ao atendimento por parte de alguns dos colaboradores da Instituição, apesar de boa vontade, faltam-lhes técnicas adequadas. As falhas apresentadas são de ciência dos órgãos competentes internos da instituição que já possuem trabalhos em andamentos para saná-las.

### 4.2 Resultados das entrevistas junto ao Núcleo de Acessibilidade e Setor Pedagógico Institucional

A adequação da escola à recepção de todos os alunos ainda está em processo, porém na IES estudada esse processo encontra-se em um nível avançado. Existem dois órgãos na IES pesquisada que lidam diretamente com a inclusão, o Núcleo de Acessibilidade criado em 2013 e o Setor Pedagógico Institucional, criado em 1997 quando foi instituído o centro universitário, sob a nomenclatura de Núcleo de apoio do Discente e Docente.

O Núcleo de Acessibilidade, desde a sua criação, tem realizado intervenções principalmente na parte física da instituição, adequando e construindo acessos, colocando sinalizações, adequando ao máximo para atender a NBR 90/50 para acolher e dar acesso ao ambiente universitário.

Diferente de outros centros universitários, a IES pesquisada possui uma Policlínica com ambulatório de medicina e nutrição, além de uma clínica odontológica, assim o núcleo não objetiva apenas o público acadêmico, mas a sociedade em geral que frequenta o campus, e os portadores de necessidades especiais estão presentes e precisam ter a tranquilidade de ir e vir, conforme garante nossa Constituição. A parte arquitetônica é cara e é crescente, precisa de recursos e os recursos são finitos, logo o planejamento é essencial para atingir os objetivos.

O campus é um microambiente urbano com todos os conflitos, inclusive no que tange a acessibilidade, há uma população discente de aproximadamente 5.000 mil e uma população administrativa e de professores com, aproximadamente, 1.000 pessoas, fora a população do entorno que frequenta diariamente o campus para ser atendida nas várias clínicas.

O Coordenador do Núcleo de Acessibilidade, explica que o primeiro passo do núcleo foi dar acessibilidade de locomoção dentro dos seis campi da IES pesquisada para depois chegar à questão atitudinal. Informou ainda que não basta atender às exigências técnicas que a legislação impõe, deve-se ser sensível às necessidades de quem utiliza o campus. Paralelo às intervenções físicas já ocorreram encontros com os funcionários promovidos pelo núcleo de acessibilidade para tratar da acessibilidade. Há investimentos em hardwares e softwares para facilitar a vida dos acadêmicos com algum tipo de deficiência. O núcleo “aprende com os alunos com deficiência” e, conforme o tempo passa, melhor preparada a instituição se encontra para receber PCDs.

Entendimento compartilhado pela Coordenadora do Setor Pedagógico Institucional - SPI, que é responsável por fazer o primeiro acolhimento desses estudantes e acompanhá-los até o final de sua estada acadêmica: “o acompanhamento começa na hora da inscrição para o vestibular, onde o aluno com algum tipo de necessidade educacional especial pode requerer atendimento diferenciado”.

Sendo aprovados, no ato da matrícula o aluno se declara com alguma necessidade educacional especial dentro de um rol que o Ministério da Educação e Cultura exige que a instituição de ensino ofereça apoio e acessibilidade, porém há um espaço para que o aluno declare outra necessidade especial que não consta neste rol, mas que a IES também irá assistir, como por exemplo, transtornos emocionais, síndrome do pânico, depressão, transtorno bipolar, não se faz terapia nos campus, mas o núcleo por meio dos psicólogos faz uma abordagem para ajudar este aluno no decorrer de sua jornada acadêmica, informa a Coordenadora.

Após a declaração do aluno informando que possui alguma necessidade educacional especial, ele é convocado a comparecer ao núcleo e presta esclarecimentos do que realmente precisa, quando o aluno não comparece ele assina um termo declarando que não necessita de atendimento especial, pois há muitos alunos que não querem ser reconhecidos como portadores de necessidades especiais, afirma a Coordenadora.

Ao ser questionada sobre o motivo destes alunos não procurarem o Núcleo, a Coordenadora informa que eles não querem ingressar já com o estigma de ser uma pessoa com algum tipo de deficiência: “O aluno tenta disfarçar isso, em alguns casos consegue, mas o núcleo tem percebido que em algum momento da vida acadêmica esse aluno volta a procurar o núcleo pois percebe que está sendo prejudicado, que começa a ficar muito difícil acompanhar, assim ele vem pedir ajuda e é claro que o núcleo dá o apoio que ele precisa”.

Muitas deficiências não se mostram declaradas com marcas físico-corpóreas, um exemplo são os discentes com o Transtorno do Espectro Autista – TEA. Há várias formas de manifestação do TEA, de modo que **não se sabendo qual a realidade que o aluno tinha antes de ingressar na universidade é compreensível que ele não queira ser reconhecido como “diferente” para não ser discriminado, conclui a Coordenadora.** Porém, a

entrevistada destaca a formação dos docentes como algo a ser avaliado: *A maioria não tem convívio social com PCDs, e por isso têm dificuldades de lidar com a tarefa de ensinar este aluno.*

*Precisa da experiência, precisa “desestigmatizar”, como no caso da deficiência auditiva, que tem o maior número de alunos conosco, é a mesma deficiência, mas eles são muito diferentes entre si, assim a adaptação e o acolhimento deve ser diferente, ainda que tenham deficiência comum, daí a necessidade de criarmos uma cartilha, por exemplo, ou um treinamento, uma capacitação.*

Para cerca de 30% dos professores foi necessário se adotar uma abordagem mais direta, o que fez diminuir a resistência ao acolhimento de PCDs, e *quando o professor começa a ver que está fazendo a diferença na vida do aluno ele se interessa mais, alguns fazem cursos de libras para melhorar a comunicação, inclusive foi criado dentro da instituição um curso de libras para os professores e vários já realizaram a inscrição.*

## 5 ENSINANDO COMPETÊNCIAS ATITUDINAIS – PROPOSTA DE PRODUTO EDUCACIONAL

A análise das vivências apreendidas da técnica Laboratório Sensorial, bem como o resultado das entrevistas com os responsáveis pelo Núcleo de Acessibilidade e o Setor Pedagógico Institucional, propiciaram uma riqueza de elementos que não podem ser desconsiderados de uma outra esfera de reflexão; afinal, a chamada acessibilidade atitudinal, emersa como tema transversal nas falas colhidas dos sujeitos pesquisados, refere-se ao campo axiológico, isto é, ao universo dos valores que implicam na constituição das culturas. Ora, transformar a cultura de exclusão numa cultura inclusiva requer a ressignificação de valores. É justamente sobre essa questão, que trata de competências atitudinais, que propomos um Guia Temático de Boas Práticas para a Acessibilidade no Ensino Superior, que tem como objetivo auxiliar na efetivação das políticas de promoção da acessibilidade no Ensino Superior. Sabe-se que as Instituições de Ensino Superior devem se organizar para atender às diferenças, minimizando a exclusão social e educacional das pessoas com deficiência, tendo por referência os marcos legais e isso implica na transformação das atitudes de docentes e discentes e de todo o corpo social da IES.

Muitas vezes não se sabe que determinadas atitudes ofendem, interferem na liberdade individual, ignorando segmentos da sociedade que devem ser reconhecidos em sua dignidade. A Pessoa com Deficiência não é excepcional, especial, aleijada, incapaz ou herói, são pessoas com algum tipo de deficiência, mas com potencialidades, e querem levar uma vida autônoma. O reconhecimento dessa autonomia e exercício de liberdade deve ser refletido por garantias que os contextos em que essas pessoas se encontram, deveriam propiciar. Eis, portanto, a justificativa para a adoção de um Guia de Boas Práticas que, em síntese, tem por objetivo orientar, ensinar como atuar junto ao discente que é PCD.

Nesse contexto, o Guia Temático de Boas Práticas apresenta orientações para eliminação das barreiras atitudinais e para a garantia do acesso e permanência, com autonomia e segurança, a todos os alunos. Respeito, acessibilidade e inclusão são direitos básicos de todos os cidadãos, porém, sabemos que cada tipo de deficiência gera uma necessidade específica para quem a possui. Assim, pensando em evitar estereótipos, foram concebidos personagens representando as particularidades de cada deficiência. As situações retratadas no Guia são inspiradas em casos reais de pessoas que passam por essas situações diariamente. O Guia está disponibilizado no site da instituição que abriga o programa de pós-graduação em Ensino em Ciências da Saúde e Meio Ambiente. Na busca google, a expressão Guia de Boas Práticas: acolhendo pessoas com deficiência no Ensino Superior, orienta o acesso ao Produto Educacional.



## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se verificar que a inclusão no Ensino Superior ainda traz desafios. As dificuldades identificadas são compreendidas em torno da ausência de um atendimento educacional especializado capaz de suprir as necessidades educacionais dos alunos com deficiência e que auxiliariam a preparar melhor a comunidade universitária para o acolhimento dessas pessoas. Devemos evitar justificativas que não auxiliam nesse processo de transformação social e que podem estimular estereótipos que sustentam a existência de um ensino apartado. Não há, portanto, justificativa racional, ética, moral ou científica para manutenção de alunos com deficiência em ambientes segregados, tal como prevê a legislação que promoveu a inclusão de PCDs no Sistema Regular de Ensino.

Nessa esteira de avanços relativos à inclusão social, as Instituições de Ensino Superior não podem ser desconsideradas, o que significa revisão das políticas de acolhimento aos alunos com deficiência, materiais pedagógicos especializados, qualificação docente, infraestrutura física com plena acessibilidade e luta contra qualquer forma de discriminação. Atuando dessa forma, as Instituições atenderão de forma adequada ao discente ingresso, garantindo a permanência e formatura desses universitários, de tal forma que se torne comum a existência de PCDs, profissionais e muito bem qualificados, auxiliando a sociedade a se transformar em um lugar melhor para todos os cidadãos.

## REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT. **NBR 9050:2004 acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro: ABNT, 2004.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 5 de outubro de 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm) Acesso em 10 de março de 2017.

BRASIL. Emenda Constitucional n° 12, de 17 de outubro de 1978. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc\\_anterior1988/emc12-78.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc_anterior1988/emc12-78.htm) Acesso em 10 de março de 2017.

BRASIL. Emenda Constitucional n° 45, de 30 de dezembro de 2004. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc45.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc45.htm) Acesso em 05 de outubro de 2017.

BRASIL. Emenda Constitucional n° 59, de 11 de novembro de 2009. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc59.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc59.htm) Acesso em 05 de outubro de 2017.

BRASIL. Lei n.º 10.048, de 8 de novembro de 2000. **Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L10048.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10048.htm) Acesso em 10 de março de 2017.

BRASIL. Lei n.º 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade, e dá outras providências**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L10098.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10098.htm) Acesso em 17 de março de 2017.

BRASIL. Decreto n.º 678 de 6 de novembro de 1992. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d0678.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d0678.htm) Acesso em 03 de outubro de 2017.

BRASIL. Decreto n.º 5.296 de 2 de dezembro de 2004. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm) Acesso em 03 de outubro de 2017.

BRASIL. Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961. **Fixa as diretrizes e bases da educação nacional**. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L4024.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4024.htm) Acesso em: 10 de abril de 2017.

BRASIL. Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971. **Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1° e 2° graus, e dá outras providências.** [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L5692.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5692.htm) Acesso em: 10 de abril de 2017.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm) Acesso em: 8 nov. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Secretaria de Educação Especial. *Parâmetros curriculares nacionais: Adaptações Curriculares*. Brasília: MEC/SEF/SEESP, 1998.

BRASIL. **Política nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <[http://peei.mec.gov.br/arquivos/politica\\_nacional\\_educacao\\_especial.pdf](http://peei.mec.gov.br/arquivos/politica_nacional_educacao_especial.pdf)>. Acesso em: 09 nov. 2015.

BRASIL. **Lei Brasileira de inclusão da pessoa com deficiência**. Brasília, 2015. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm)>. Acesso em: 12 nov. 2015.

CASTRO, S.F.; MOREIRA, L.C.; ALMEIDA, M. A.; FREITAS, S. N. **Inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no Ensino Superior**. UFSM, UFPR e UFSCAR. *In: III Congresso Brasileiro de Educação Especial*. São Carlos, pp. 01-09, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Censo Demográfico 2010. Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência. [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/94/cd\\_2010\\_religiao\\_deficiencia.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/94/cd_2010_religiao_deficiencia.pdf) Acesso em: 03 de outubro de 2017.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep. O Censo da Educação Superior. 2016. <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior> Acesso em: 03 de outubro de 2017.

LIMA, F.J.; TAVARES, F. S.S. **Barreiras atitudinais: obstáculos à pessoa com deficiência na escola**. *In: SOUZA, Olga Herval. (Org.). Itinerários da inclusão escolar*. Canoas; Poto Alegre, v.1 p. 23-32, 2008.

MOREIRA, L. C.; CORREIA, G. **Transformando nós em laços: Percalços e vicissitudes da inclusão na Universidade Federal do Paraná**. *In: 16° COLE (Anais)*. Campinas. P. 01-10. 2007.

MOREIRA, M.A. **Pesquisa em ensino: aspectos metodológicos e referenciais teóricos à luz do vê epistemológico de Gowin**. São Paulo: EPU. 1990

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. United Nation Information, 1948. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>>. Acesso em: 07 nov. 2015.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. **Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes**. Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas em 09 de novembro de 1975. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec\\_def.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec_def.pdf)>. Acesso em: 07 nov. 2015.

ROCHA, T. B.; MIRANDA, T. G. **Acesso e permanência do aluno com deficiência na instituição de ensino superior**. *In: Revista Educação Especial* v. 22, n. 34, p. 197-212, 2009.

RODRIGUES, D. A. **Inclusão na Universidade: Limites e possibilidades da construção de uma universidade inclusiva**. *Revista de Educação Especial da UFSM*, n. 23, 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/4951> acesso 07.06.2017.

SANTOS, J. M. F. **Dimensões e diálogos da exclusão: um caminho para inclusão**. *In: SANTOS, M.P.; PAULINO, M.M. Inclusão em educação: culturas, políticas e práticas*. 2° ed. São Paulo: Cortez, 2008.



---

SKLIAR, Carlos. **A Invenção e a Exclusão da Alteridade “Deficiente” a partir dos Significados da Normalidade**, Educação & Realidade p. 15-32, 1999.

UNESCO, Ministério da Educação e Ciência da Espanha. **Declaração de Salamanca** e Linhas de ação sobre necessidades Educativas Especiais. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf> acesso em 17 de abril de 2017.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2001.